

A AGENDA DE GOVERNO ABERTO NA OCDE

Abril/2021



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

1. CONTEXTO



- A ideia de governo aberto comporta uma variedade de princípios e de práticas que visam tornar a relação entre governos e seus cidadãos mais dinâmica, mutuamente benéfica e fundada na confiança recíproca.
- Iniciativas de governo aberto podem auxiliar no aumento da transparência, da inovação no setor público, do empoderamento da população e da representação no processo de criação de políticas, além de contribuir com maior prestação de contas (*accountability*) por parte das instituições públicas.
- Com isso, o governo aberto revela-se uma importante ferramenta para manter, ou reforçar, quando necessário, a confiança pública.

2. O QUE É GOVERNO ABERTO E OUTROS CONCEITOS IMPORTANTES PARA A OCDE



- **Governo aberto** consiste de uma cultura de governança que promove os princípios de transparência, integridade, responsabilidade e participação das partes interessadas em apoio à democracia e ao crescimento inclusivo.
- **Estado aberto**, por sua vez, implica que Executivo, Legislativo, Judiciário, instituições públicas independentes e todos os níveis de governo colaborem, explorem sinergias e compartilhem boas práticas e lições aprendidas entre si para promover a transparência, integridade, responsabilidade e participação das partes interessadas, em apoio à democracia e ao crescimento inclusivo.

3. GOVERNANÇA DO TEMA NA OCDE



4. INSTRUMENTOS DA OCDE SOBRE GOVERNO ABERTO

- A Organização tem **1** Recomendação (não-vinculante) mais importante que trata de governo aberto.
- Há também outros instrumentos legais que mencionam governo aberto em outros contextos de governança pública.

RECOMENDAÇÃO QUE TRATA DE GOVERNO ABERTO



Comitê de Governança Pública

INSTRUMENTO

GOVERNANÇA

RESUMO



IMPACTOS PARA A INDÚSTRIA

1. [Recomendação do Conselho sobre Governo Aberto](#)



- Visa ajudar os aderentes a projetar e implementar estratégias e iniciativas de governo aberto bem-sucedidas, identificando um entendimento claro, acionável, baseado em evidências e internacionalmente reconhecido do que elas implicam e, mais especificamente, quais são as características de sua governança para maximizar seu impacto.
- Oferece um panorama sobre as principais estratégias e iniciativas do governo aberto ao estabelecer dez dispositivos para orientar os “aderentes” ao aprimoramento de sua implementação.



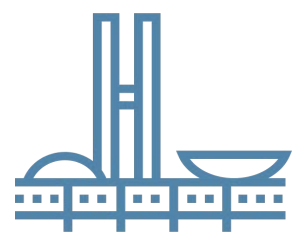
em 11/2/19

- A observância dos princípios do governo aberto acarreta benefícios para toda a sociedade, inclusive para as atividades do setor privado, pois possibilita acesso a informações e fornece canais de influência na tomada de decisões do Estado.

10 PRINCÍPIOS DA RECOMENDAÇÃO SOBRE GOVERNO ABERTO

PRINCÍPIOS

RESUMO



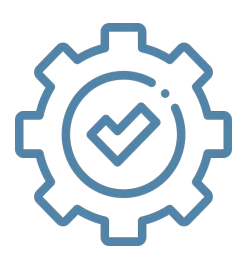
Compromisso Público

Tomar medidas, em todos os ramos e em todos os níveis do governo, para desenvolver e implementar estratégias e iniciativas de governo aberto em colaboração com as partes interessadas e para promover o compromisso de políticos, membros de parlamentos, gestores públicos seniores e funcionários públicos, para garantir o sucesso implementação e prevenção ou superação de obstáculos relacionados à resistência à mudança.



Quadro jurídico e regulatório adequado

Assegurar a existência e implementação do necessário quadro jurídico e regulatório de governo aberto, inclusive por meio do fornecimento de documentos de apoio, como diretrizes e manuais, ao mesmo tempo que estabelece mecanismos de supervisão adequados para garantir o cumprimento.



Viabilidade operacional

- Garantir a operacionalização e aceitação bem-sucedidas de estratégias e iniciativas de governo aberto.



Monitoramento

Desenvolver e implementar mecanismos de monitoramento, avaliação e aprendizagem para estratégias e iniciativas de governo aberto.



Coordenação entre níveis de governo

Coordenar, por meio dos mecanismos institucionais necessários, estratégias e iniciativas governamentais abertas - horizontal e verticalmente - em todos os níveis de governo para garantir que estejam alinhadas e contribuam para todos os objetivos socioeconômicos relevantes.



Comunicação com as partes interessadas

Comunicar ativamente sobre estratégias e iniciativas de governo aberto, bem como sobre seus produtos, resultados e impactos, a fim de garantir que sejam bem conhecidos dentro e fora do governo, para favorecer sua aceitação.



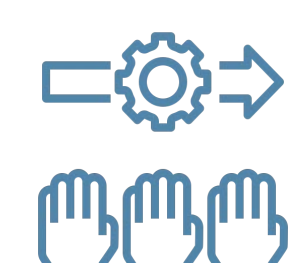
Transparência

Disponibilizar de forma proativa dados e informações claras, completas, oportunas, confiáveis e relevantes do setor público, que devem ser gratuitas, disponíveis em um formato e não proprietário, fácil de encontrar, entender, usar e reutilizar, e disseminado por meio de uma abordagem multicanal, a ser priorizada em consulta com as partes interessadas.



Disseminação de informações e abrangência de comunicação

Conceder a todas as partes interessadas oportunidades iguais e justas de serem informadas e consultadas e envolvê-las ativamente em todas as fases do ciclo de políticas e na concepção e prestação de serviços. Isso deve ser feito com tempo adequado e custo mínimo. Além disso, esforços específicos devem ser dedicados a alcançar os grupos mais relevantes, vulneráveis, sub-representados ou marginalizados na sociedade, evitando influência indevida e captura de políticas.



Canais de participação

Promover formas inovadoras de se envolver efetivamente com as partes interessadas para obter ideias e co-criar soluções e aproveitar as oportunidades fornecidas pelas ferramentas governamentais digitais, inclusive por meio do uso de dados governamentais abertos, para apoiar a realização dos objetivos das estratégias e iniciativas governamentais abertas.



De governo aberto para estado aberto

Embora reconhecendo os papéis, prerrogativas e independência geral de todas as partes interessadas e de acordo com suas estruturas jurídicas e institucionais existentes, explore o potencial de passar do conceito de governo aberto para o de Estado aberto.

INSTRUMENTOS QUE MENCIONAM GOVERNO ABERTO EM OUTROS CONTEXTOS



Comitê de Governança Pública



Programa de Ação Cooperativa sobre Desenvolvimento Econômico e Emprego Local



Comitê de Política de Desenvolvimento Regional



Brasil ainda não aderiu ao instrumento

INSTRUMENTO

GOVERNANÇA

RESUMO



IMPACTOS PARA A INDÚSTRIA

1.
[Recomendação do Conselho de Política Regulatória e Governança](#)



- Fornece aos governos uma orientação clara e oportuna sobre os princípios, mecanismos e instituições necessários para melhorar a concepção, aplicação e revisão de sua estrutura regulatória para os mais altos padrões.
- Aconselha os governos sobre o uso eficaz da regulamentação para alcançar melhores resultados sociais, ambientais e econômicos.
- Apela a uma abordagem de “todo o governo” para a reforma regulamentar, com ênfase na importância da consulta, coordenação, comunicação e cooperação para enfrentar os desafios colocados pela interconexão de setores e economias.



em 13/5/20

- Valoriza a participação de atores interessados do processo regulatório. O setor industrial deve aproveitar canais de participação do processo regulatório, tanto para orientar posições técnicas do governo, quanto para defender interesses eventualmente prejudicados pela regulação.

2.
[Recomendação do Conselho de Princípios para Governança Pública de Parcerias Público-Privadas](#)



- Fornece orientações concretas aos formuladores de políticas sobre como garantir que as Parcerias Público-Privadas (PPP) representem uma boa relação custo-benefício para o setor público e evitem que projetos mal elaborados avancem.



- Adoção de boas práticas na realização de parcerias público-privadas favorece empresas competitivas, inclusive do setor industrial, na qualidade de fornecedoras de bens e de gestoras de grandes projetos.

3.
[Recomendação do Conselho sobre a Governança da Infraestrutura](#)



- Visa desenvolver e atualizar o Quadro da OCDE para a Governança da Infraestrutura: Obtendo a Infraestrutura Certa (o “Quadro”) e fornece uma ferramenta para ajudar os governos a investir em projetos de infraestrutura de uma forma econômica, acessível e confiável por investidores, cidadãos e outras partes interessadas.



- Adoção de práticas adequadas na realização de obras de infraestrutura favorece empresas competitivas, inclusive do setor industrial. A produção e o fornecimento de infraestrutura dependem a participação do setor privado, com destaque para materiais de engenharia e de insumos de construção civil.

4.
[Recomendação do Conselho de Governança Orçamentária](#)



- Fornece uma visão geral concisa das boas práticas em todo o espectro da atividade orçamentária, especificando em particular dez princípios de boa governança orçamentária, que fornecem orientações claras para conceber, implementar e melhorar os orçamentos para enfrentar os desafios do futuro. A intenção geral é fornecer uma ferramenta de referência útil para formuladores de políticas e profissionais em todo o mundo e ajudar a garantir que os recursos públicos sejam planejados, gerenciados e usados de forma eficaz para causar um impacto positivo na vida dos cidadãos.



em 2/3/20

- A OCDE entende que o orçamento público não deve ser instrumento restrito ao Estado. O orçamento público pode ser instrumento importante de governança pública. O setor privado indiretamente se beneficia da boa gestão do orçamento público.

INSTRUMENTO	GOVERNANÇA	RESUMO		IMPACTOS PARA A INDÚSTRIA
5. Recomendação do Conselho de Integridade Pública		<ul style="list-style-type: none"> • Provê aos formuladores de políticas o esquema para uma estratégia de integridade pública. • Muda o foco das políticas de integridade ad hoc para uma abordagem abrangente e baseada no risco, com ênfase no desenvolvimento de uma cultura de integridade em toda a sociedade. É construído em três pilares: Sistema, Cultura e Responsabilidade. 		<ul style="list-style-type: none"> • A manutenção da integridade pública tem efeitos positivos sobre toda sociedade, inclusive para as atividades econômicas. O setor privado tem o papel de vigilância das práticas adotadas pelo setor público, sempre exigindo transparência e prestação regular de contas.
6. Recomendação do Conselho de Eventos Globais e Desenvolvimento Local		<ul style="list-style-type: none"> • Fornece aos Aderentes uma visão abrangente das condições estruturais necessárias para realizar eventos globais mais sustentáveis e mecanismos de entrega mais eficazes e construir capacidades mais fortes para alavancar os benefícios locais. 		<ul style="list-style-type: none"> • A gestão de grandes eventos globais depende da participação de todos os atores da sociedade. A iniciativa privada deve vocalizar suas posições acerca da gestão desses grandes eventos. A indústria, por vezes, é chamada a participar dos esforços concertados que esses eventos demandam.
7. Declaração sobre Políticas para a Construção de Melhores Futuros para Regiões, Cidades e Zonas Rurais		<ul style="list-style-type: none"> • Fornece aos Aderentes uma visão abrangente das condições estruturais necessárias para realizar eventos globais mais sustentáveis e mecanismos de entrega mais eficazes e construir capacidades mais fortes para alavancar os benefícios locais. 	 em 19/3/19	<ul style="list-style-type: none"> • Sem impactos.
8. Declaração sobre Inovação no Setor Público		<ul style="list-style-type: none"> • Legitima a inovação como uma função central e estratégica das organizações do setor público e no trabalho diário dos servidores públicos. • Articula uma posição compartilhada para os governos sobre como apoiar, melhorar e expandir a inovação para atender a uma variedade de desafios e aproveitar as novas oportunidades em oferta. • Também fornece princípios, conceitos e linguagem comuns, que os governos podem utilizar para desenvolver ou aprimorar sua própria abordagem para a gestão da inovação, de maneiras que sejam relevantes para seus objetivos específicos e configurações administrativas. 	 em 21/5/19	<ul style="list-style-type: none"> • Sem impactos.

5. PROJETOS E ESTUDOS DA OCDE SOBRE GOVERNO ABERTO

- A OCDE está na vanguarda das análises fundadas em evidências de reformas relacionadas ao tema de governo aberto, em países membros e não-membros da Organização.
- Dois documentos preparados pela OCDE merecem destaque:

Open Government: The Global Context and the Way Forward

- Publicado em 2016, busca desenvolver uma abordagem única e abrangente de governo aberto.
- Segundo o documento, os países estão, cada vez mais, reconhecendo o papel das reformas governamentais abertas como catalisadoras da boa governança pública, da democracia e do crescimento inclusivo.
- Destaca como os princípios de governo aberto estão mudando o relacionamento entre funcionários públicos e cidadãos, tornando-o mais dinâmico, mutuamente benéfico e baseado na confiança recíproca.



Innovative Citizen Participation and New Democratic Institutions: Catching the Deliberative Wave

- Guia editado pela OCDE para auxiliar na compreensão de termos-chave, conceitos e na metodologia de pesquisa da Organização acerca de processos deliberativos e instituições.
- Discorre sobre como os processos deliberativos representativos (“a onda deliberativa”) tem construído formas inovadoras de envolver os cidadãos no ciclo de criação de políticas.
- Trata-se do primeiro trabalho empírico comparativo a respeito do funcionamento de processos deliberativos representativos para a tomada de decisões públicas e sobre a sua institucionalização.
- De acordo com o documento, os processos deliberativos demandam ampla participação das partes interessadas, e institucionalizar tais processos permite aos governos enfrentar dilemas e tomar decisões difíceis com um menor custo.
- Para a OCDE, os governos ao redor do mundo reconhecem a necessidade de envolver os cidadãos no processo de criação de políticas e serviços, e o seu oferecimento, como forma de aprimorar a entrega diante de um crescente número de dificuldades. Determinadas instituições vão além da consulta dos cidadãos e promovem experimentos de co-produção e co-entrega de políticas públicas.
- Contudo, enquanto há países que lograram processos relevantes no *design* e na implementação de iniciativas participativas, dados indicam que o seu potencial total ainda não foi alcançado, sobretudo nas fases finais do ciclo das políticas públicas.



- O governo brasileiro está conduzindo uma reunião de pares (*peer review*) com a OCDE sobre governo aberto no Brasil. O processo é coordenado pela Controladoria-Geral da União (GCU) e a expectativa é de que o relatório com recomendações seja entregue no final de 2021.

6. OPORTUNIDADES E DESAFIOS EM APLICAR O MODELO DA OCDE DE GOVERNO ABERTO

OPORTUNIDADES



Acesso a informações sobre o governo, com canais mais abertos para a participação de empresas



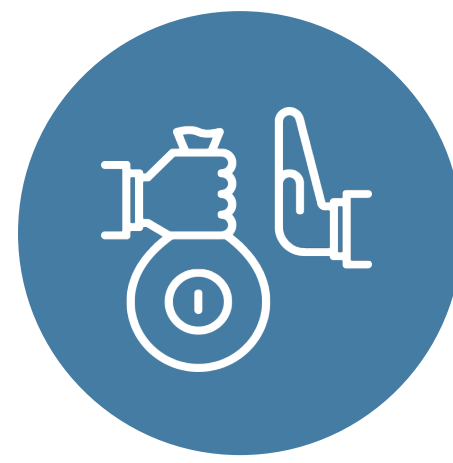
Maior controle sobre utilização de recursos arrecadados dos contribuintes



Maior participação da sociedade civil na determinação das prioridades das políticas públicas



Acesso pleno às informações de contratações efetuadas pelo setor público



Menos perdas em práticas de corrupção e outras atividades ilícitas



Participação em acordos e atos internacionais que impactem as atividades econômicas do país

DESAFIOS

PARA O GOVERNO

- 1 Conferir maior transparência e facilidade de acesso aos dados públicos, com a criação de canais de participação para os interessados.
- 2 Informar o público sobre sua política regulatória e de governança.
- 3 Utilizar tecnologias digitais para ampliar a disseminação de informações, dados e participação de interessados.
- 4 Treinamento de funcionários para observar os princípios de governo aberto.
- 5 Ampliar mecanismos de prestação de contas sobre gastos públicos e escolha de investimentos.

PARA A INDÚSTRIA

- 1 Maior preparação para acompanhar e participar de atividades do poder público.
- 2 Observância máxima aos princípios de governança corporativa.
- 3 Treinar funcionários em política regulatória e acompanhamento de atividades do Estado para aproveitar os mecanismos de governo aberto.
- 4 Transformar demandas específicas do setor em propostas para o poder público, com uso dos canais de participação.

RISCOS POR NÃO IMPLEMENTAR O MODELO DE GOVERNO ABERTO DA OCDE

PARA OS PAÍSES, SETORES, INDÚSTRIA E SOCIEDADE

- 1 Menor transparência e participação em processos regulatórios e de criação de políticas públicas.
- 2 Perpetuação de práticas ilícitas (corrupção, cartel, conluio) nos processo de compras públicas.
- 3 Potencial de encarecimento de preços públicos e de desperdício de recursos.
- 4 Menor eficiência na prestação de serviços públicos.
- 5 Perda de qualidade da democracia, em razão da ausência de mecanismos de controle pela sociedade.
- 6 Ausência de canais de vocalização de demandas específicas do setor privado.



Conheça mais

Informações sobre publicações e a agenda internacional da CNI em:
<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-internacionais/>